

Deliberação n.º 189/2006. — A firma Produtos Farmacêuticos Altana Pharma, L.^{da}, titular das autorizações de introdução no mercado (AIM) dos medicamentos *Claversal, Comprimido Gastroresistente a 250 mg*, concedida em 14 de Abril de 1987, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 8657312 e 8657304, e *Claversal, Supositórios a 250 mg*, concedida em 14 de Abril de 1987, consubstanciada na autorização com o registo n.º 8657403, requereu ao INFARMED a revogação das mesmas, conforme ofício de 21 de Novembro de 2005.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar as AIM dos medicamentos supramencionados e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

5 de Janeiro de 2006. — O Conselho de Administração: *Vasco Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves*, vogal.

Deliberação n.º 190/2006. — A firma Alcon Portugal — Produtos e Equipamentos Oftalmológicos, L.^{da}, titular da autorização de introdução no mercado (AIM) do medicamento *Flucon, Colírio, Suspensão a 1 mg/ml*, concedida em 1 de Abril de 1991, consubstanciada na autorização com o registo n.º 8779603, requereu ao INFARMED a revogação da mesma, conforme ofício de 30 de Novembro de 2005.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM do medicamento supramencionado e anular o respectivo registo no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

5 de Janeiro de 2006. — O Conselho de Administração: *Vasco Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves*, vogal.

Deliberação n.º 191/2006. — A firma Winthrop Farmacêutica Portugal, L.^{da}, titular da autorização de introdução no mercado (AIM) do medicamento *Acido Acetilsalicílico Irex, Comprimido a 500 mg*, concedida em 27 de Dezembro de 1990, consubstanciada na autorização com o registo n.º 9829507, requereu ao INFARMED a revogação da mesma, conforme ofício de 14 de Dezembro de 2005.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM do medicamento supramencionado e anular o respectivo registo no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

19 de Janeiro de 2006. — O Conselho de Administração: *Vasco Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves*, vogal.

Deliberação n.º 192/2006. — Considerando que a sociedade CARLABO — Comércio Internacional de Produtos Farmacêuticos e Afins, L.^{da}, com sede social na Zona Industrial do Alto da Pega, lote 2, 105, rés-do-chão, 4480 Vila do Conde, requereu a obtenção de autorização para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho, e de medicamentos veterinários, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 184/97, de 26 de Julho, para instalações sitas na Zona Industrial do Alto da Pega, lote 2, 105, rés-do-chão, 4480 Vila do Conde;

Considerando que a instrução do processo de obtenção de autorização para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano e de medicamentos veterinários da sociedade CARLABO — Comércio Internacional de Produtos Farmacêuticos e Afins, L.^{da}, foi concluída em Dezembro de 1999, tendo sido realizada inspecção à entidade, tendo esta sido, posteriormente, notificada para proceder à entrega de documentação devidamente actualizada respeitante às instalações do estabelecimento de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano e de medicamentos veterinários da sociedade CARLABO — Comércio Internacional de Produtos Farmacêuticos e Afins, L.^{da}, tendo a documentação solicitada sido remetida pela entidade;

Considerando que a sociedade CARLABO — Comércio Internacional de Produtos Farmacêuticos e Afins, L.^{da}, foi de novo vistoriada, tendo sido verificada a inexistência das instalações do estabelecimento

de distribuição da sociedade sito na Zona Industrial do Alto da Pega, lote 2, 105, rés-do-chão, 4480 Vila do Conde;

Considerando que a sociedade CARLABO — Comércio Internacional de Produtos Farmacêuticos e Afins, L.^{da}, foi notificada, pelo ofício n.º 63 157, de 30 de Novembro de 2000, para esclarecer a situação respeitante à continuidade do processo de obtenção de autorização para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano e de medicamentos veterinários, para as instalações sitas na morada anteriormente identificada, não tendo sido remetida qualquer resposta por parte da entidade;

Considerando que a sociedade CARLABO — Comércio Internacional de Produtos Farmacêuticos e Afins, L.^{da}, foi de novo notificada, pelo ofício n.º 62 752, de 19 de Dezembro de 2005, para esclarecer a situação respeitante à desistência do processo de obtenção de autorização para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano e de medicamentos veterinários, para as instalações sitas na morada anteriormente identificada, tendo a correspondência sido devolvida pelo correios com a indicação «Mudou-se»;

Assim, o conselho de administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 495/99, de 18 de Novembro, e no artigo 111.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo, delibera declarar deserto, e consequentemente extinto, o pedido de autorização para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano e de medicamentos veterinários apresentado pela sociedade CARLABO — Comércio Internacional de Produtos Farmacêuticos e Afins, L.^{da}, para as instalações sitas na Zona Industrial do Alto da Pega, lote 2, 105, rés-do-chão, freguesia de Vila do Conde, conselho de Vila do Conde, distrito do Porto, com fundamento nos factos supramencionados.

19 de Janeiro de 2006. — O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*)

Deliberação n.º 193/2006. — A firma Home Products de Portugal, L.^{da}, titular da autorização de introdução no mercado (AIM) do medicamento *Benacne, Creme a 50 mg/g*, concedida em 23 de Março de 1994, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 2219186 e 2219285, requereu ao INFARMED a revogação da mesma, conforme ofício de 20 de Dezembro de 2005.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM do medicamento supramencionado e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

19 de Janeiro de 2006. — O Conselho de Administração: *Vasco Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves*, vogal.

Deliberação n.º 194/2006. — A firma Angenérico Produtos Farmacêuticos Genéricos, L.^{da}, titular da autorização de introdução no mercado (AIM) dos medicamentos *Keefloxin, Comprimido Revestido a 250 mg*, concedida em 15 de Maio de 1989, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4717898, 4717997 e 9709519, *Trinipatch, Sistema Transdérmico a 5 mg/24 h*, concedida em 7 de Maio de 1998, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4697181, 4697280 e 2641884, *Trinipatch, Sistema Transdérmico a 10 mg/24 h*, concedida em 7 de Maio de 1998, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4697389, 4697488 e 2641983, *Capszol, Cápsula Mole Gastroresistente a 20 mg*, concedida em 21 de Novembro de 2002, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4058798, 4058897, 4058590 e 4058699, *Probacher, Comprimido Revestido a 150 mg*, concedida em 27 de Setembro de 1996, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4612990, 4613097 e 4641197, *Cetotifeno Angenérico, Cápsula 1 mg*, concedida em 30 de Maio de 1983, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 9566836 e 9566810, *Calfate, Comprimido a 1000 mg*, concedida em 11 de Maio de 1983, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 9566034 e 9566026, *Calfate, Suspensão Oral a 200 mg/ml*, concedida em 24 de Novembro de 1995, consubstanciada na autorização com o registo n.º 2358497, *Hipercol, Solução Injectável a 200 mg/2 ml*, concedida em 20 de Maio de 1991, consubstanciada na autorização com o registo n.º 9782003, e *Hipercol, Solução Injectável a 500 mg/5 ml*, concedida em 20 de Maio de 1991, consubstanciada na autorização com o registo n.º 9782011, requereu ao INFARMED a revogação dos mesmos, conforme ofícios de 19 de Dezembro de 2005 e 16 de Dezembro de 2005, respectivamente.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do

INFARMED delibera revogar a AIM dos medicamentos supramencionados e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

19 de Janeiro de 2006. — O Conselho de Administração: *Vasco Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves*, vogal.

Deliberação n.º 195/2006. — A firma Laboratório Normal — Produtos Farmacêuticos, S. A., titular das autorizações de introdução no mercado (AIM) dos medicamentos *Ulceridíne, Cápsula a 200 mg*, concedida em 5 de Janeiro de 1978, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 9467944 e 9467936, e *Ulceridíne, Cápsula a 400 mg*, concedida em 5 de Janeiro de 1978, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 9467969 e 9467951, requereu ao INFARMED a revogação das mesmas, conforme ofício de 15 de Dezembro de 2005.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM dos medicamentos supramencionados e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

19 de Janeiro de 2006. — O Conselho de Administração: *Vasco Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves*, vogal.

Deliberação n.º 196/2006. — A firma RATIO-PHARM — Comércio e Indústria de Produtos Farmacêuticos, L.ª, titular das autorizações de introdução no mercado (AIM) dos medicamentos *Carvedilol Ratio, 3,125 mg Comprimidos Revestidos*, concedida em 9 de Fevereiro de 2004, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4960589 e 4960688, *Carvedilol Ratio, 6,25 mg Comprimidos Revestidos* concedida em 9 de Fevereiro de 2004 consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4960787 e 4960886, e *Carvedilol Ratio, 25 mg Comprimidos Revestidos*, concedida em 9 de Fevereiro de 2004 consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4960985 e 4961082, requereu ao INFARMED a revogação das mesmas, conforme ofício de 20 de Dezembro de 2005.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar as AIM dos medicamentos supramencionados e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

19 de Janeiro de 2006. — O Conselho de Administração: *Vasco Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves*, vogal.

Deliberação n.º 197/2006. — A firma MEDIBIAL — Produtos Médicos e Farmacêuticos, S. A., titular da autorização de introdução no mercado (AIM) do medicamento *Gastrimuto, Comprimido Revestido por Película a 400 mg*, concedida em 27 de Abril de 1996, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 2384386, 2667285 e 2384287, requereu ao INFARMED a revogação da mesma, conforme ofício de 27 de Dezembro de 2005.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM do medicamento supramencionado e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

19 de Janeiro de 2006. — O Conselho de Administração: *Vasco Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves*, vogal.

Deliberação n.º 198/2006. — A firma Bristol-Myers Squibb Farmacêutica Portuguesa, L.ª, titular da autorização de introdução no mercado (AIM) do medicamento *Vingel Líquido, Suspensão Oral, Associação*, concedida em 24 de Novembro de 1988, consubstanciada na autorização com o registo n.º 9699504, requereu ao INFARMED a revogação da mesma, conforme ofício de 15 de Dezembro de 2005.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM do medicamento supramencionado e anular o respectivo registo no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

19 de Janeiro de 2006. — O Conselho de Administração: *Vasco Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves*, vogal.

Deliberação n.º 199/2006. — A OM Portuguesa — Laboratórios de Especialidades Farmacêuticas, S. A., titular da autorização de introdução no mercado (AIM) do medicamento *Subreum, Cápsula a 24 mg*, concedida em 30 de Dezembro de 1998, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 3691789 e 2845782, requereu ao INFARMED a revogação da mesma, conforme ofício de 23 de Dezembro de 2005.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM do medicamento supramencionado e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

19 de Janeiro de 2006. — O Conselho de Administração: *Vasco Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves*, vogal.

Deliberação n.º 200/2006. — A firma Organon Portuguesa — Produtos Químicos e Farmacêuticos, L.ª, titular das autorizações de introdução no mercado (AIM) dos medicamentos *Sandrena, Gel a 0,5 mg*, concedida em 6 de Março de 1998, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 3964384, 3964483, 2693588 e 2693687, e *Sandrena, Gel a 1 mg*, concedida em 6 de Março de 1998, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 3964285, 3964186, 2693885 e 2693786, requereu ao INFARMED a revogação das mesmas, conforme ofício de 7 de Novembro de 2005.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar as AIM dos medicamentos supramencionados e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

19 de Janeiro de 2006. — O Conselho de Administração: *Vasco Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves*, vogal.

Aviso n.º 1647/2006 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Janeiro de 2006, no uso de competência delegada, e de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de Outubro, autorizo a sociedade SANÓBIA — Centro de Saúde e Estética, L.ª, com sede na Rua de Joaquim Paço d'Arcos, 11, 1500-365 Lisboa, a comercializar por grosso e importar substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados nas instalações da sociedade PROFARIN — Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Industriais, L.ª, sita na Rua da Quinta dos Grilos, 30, pisos -1 e 0, 2795-514 Carnaxide, sendo esta autorização válida por um ano a partir da data desta publicação e considerando-se renovada por igual período se o INFARMED nada disser até 90 dias antes do termo do prazo.

24 de Janeiro de 2006. — A Directora de Inspeção e Licenciamento, *Lina Santos*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação

Despacho n.º 3234/2006 (2.ª série). — O despacho n.º 21 263/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 194, de 10 de Outubro, procedeu ao destacamento, nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, para as funções